

## Editorial

### Uma batalha silenciosa: destemporalização do mundo da vida e educação dessincronizada

Para a tradição crítica existem patologias incorporadas no tecido social, o que não significa partir da constatação simplista de que diversos sintomas, descritos como psíquicos, possuiriam um nexos causal com determinados contextos sociais. O que está em questão nos diagnósticos desdobrados pelo pensamento crítico diz respeito, fundamentalmente, ao fato de que uma sociedade baseada na razão utilitarista encarnada no *princípio do desempenho* afeta negativamente as condições socialmente mediadas de nossa presentificação no mundo.

Dentre outros, o pensador alemão Axel Honneth no seu livro, *Luta por reconhecimento*, demonstrou como os sujeitos desenvolvem suas capacidades, a partir das relações de reconhecimento socialmente mediadas pelas relações afetivas, pelos direitos ou pelas práticas de solidariedade vividas no âmbito do trabalho. Mas, no momento em que essas mediações não são articuladas, os sujeitos se veem atravessados por experiências de desrespeito. Isso significa dizer que as patologias sociais surgem em decorrência de déficits de reconhecimento em diversas esferas, configurando-se múltiplas formas de patologias sociais como a reificação, a invisibilidade, o silenciamento e, no limite, a própria destruição pura e simples de determinados corpos ou vidas. Sob essa ótica, toda patologia social se refere a uma exclusão ou lesão da chance de uma participação igualitária nos mais variados processos societários. Logo, sempre que, devido a causas sociais, os membros da sociedade não estão em condições efetivas de compreender corretamente o significado de uma prática social legítima, haverá uma situação de exclusão, muitas vezes, imperceptível.

Na atualidade, esse processo vem colocando em risco as próprias condições para a manutenção da vida, diante da proliferação sistêmica dos princípios e dos dispositivos neoliberais considerados, em si mesmos, como patológicos. Uma das faces desse processo é marcada pela redução da esfera de ação na qual os sujeitos podem criar uma relação de confiança consigo mesmo, seus congêneres e com o próprio mundo. No âmago desse processo está o modo como nos relacionamos e incorporamos as estruturas temporais. Assim, se com Marx, por um lado, aprendemos acerca da mercantilização do tempo, sobretudo do tempo de trabalho, por outro, nos damos conta de que a relação mesma com o mundo social está padecendo com uma mutação profunda nas estruturas de temporalização da experiência, com consequências ainda largamente imprevisíveis. Em um nível fático, tornou-se comum, por exemplo, constatar a sensação difusa de que o tempo tem transcorrido de forma cada vez mais acelerada, disseminando um sentido de pressa e urgência que se desdobra na generalização dos sentimentos de estresse e ansiedade crescente. Isso ocorre, paradoxalmente, a despeito de as tecnologias desenvolvidas supostamente para economizar tempo nos levarem à percepção concreta de que dispomos cada vez mais de menos tempo.

Dizendo de outro modo, a escassez de tempo está se tornando uma espécie de *habitus* disposicional inseparável de nossas práticas culturais, sociais e educacionais. O pesquisador Hartmut Rosa, em sua obra monumental *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*, lembra-nos que o efeito potencialmente fortalecedor da aceleração social moderna, conectado com o aumento da velocidade técnica dos meios de transporte, comunicação ou produção, ameaça atualmente se transformar em seu oposto. O autor divide o fenômeno aceleratório em três categorias: a *aceleração técnica*, que compreende a utilização de aparatos técnicos e tecnológicos para encurtar o tempo gasto em determinadas atividades; a *aceleração das transformações sociais*, que compreende o aumento do ritmo de transformações nas estruturas políticas, culturais, religiosas, científicas; e a *aceleração do ritmo de vida*, que concerne ao aumento da frequência de ações e vivências, gerador da sensação de falta de tempo. Hartmut Rosa conclui constatando que a aceleração, na atualidade, apresenta características de uma sofisticada e perversa forma de dominação, tendo em vista que a estrutura da lógica aceleratória, própria do neoliberalismo, passou a ser considerada um elemento naturalizado, ou seja, os sujeitos interpretam a urgência temporal como sendo fruto de sua própria incapacidade de gerenciar melhor seu tempo.

Como consequência, os sujeitos sociais passam a perseguir metas e comportamentos que na realidade não julgam de fato positivos ou coerentes com seus anseios reais. Do ponto de vista da Educação, importa apontar principalmente para as chamadas *patologias de dessincronização* que alteram os modos de estar no mundo da Educação, impactando diretamente na formação dos sujeitos. As patologias de dessincronização emergem em processos que não são passíveis de aceleração. Um exemplo banal: quando pegamos um resfriado, não importa quantos comprimidos tomemos, teremos de aguardar por volta de sete dias para termos nossa saúde completamente restabelecida. Nessa mesma direção, existem tradições e populações tradicionais articuladas de forma imanente aos ritmos e ciclos da natureza que não conseguem acelerar, senão ao custo de danificarem sua própria integridade.

Nessa ótica, a esfera política também é um âmbito que padece profundamente os efeitos da dessincronização, pois a democracia é um processo que exige tempo, na verdade, bastante tempo. As implicações desse diagnóstico para a Educação são mais que evidentes. Como sabemos, desde a notificação do primeiro caso de contaminação pelo Sars-Cov-2 e da decretação pela Organização Mundial de Saúde da pandemia de coronavírus, os governos iniciaram várias medidas de isolamento. Como demonstraram Achille Mbembe (2020) e Paul Preciado (2020), o cenário pandêmico acabou se revelando catastrófico para os corpos e as vidas já ameaçadas pelas inúmeras desigualdades de raça, gênero e classe social, radicalizando as tecnologias de poder que se aplicam no controle necro-biológico das populações. Situação agravada pela implementação crescente de uma nova gestão semiótico-técnica-digital. O conceito escolhido por Mbembe (2021, p. 13) para expor as implicações desse fenômeno não deixa margem a dúvidas: *brutalismo*. O brutalismo sinaliza uma política marcada por três questões centrais: “a economia em sua forma neurobiológica, a matéria viva assujeitada a processos de carbonização e o cálculo em sua forma computacional e digital”.

Nessa última dimensão, o chamado *extrativismo digital*, opera “algo misterioso, mais denso e mais sombrio” (BUCCI, 2021, p. 21) com impactos inauditos para a Educação, sobretudo para os sistemas responsáveis pela Educação Pública. Por um lado, ocorre uma modificação efetiva daquilo que, nos últimos dois séculos, nos acostumamos a chamar de *esfera pública política*. Por outro lado, como sinalizado, ocorre uma mutação nos regimes de temporalidade que redefine brutalmente as coordenadas historicamente doadoras de sentido ao que se passa no mundo da Educação que se vê mediado por suportes eletrônicos e cibernéticos.

Assim, a migração forçada para as plataformas como o Google Classroom e o Google Meet, obviamente por razões sanitárias, desvelou a ponta de um gigantesco iceberg que são os interesses das novas corporações monopolizadoras de tecnologias para a educação. Para além de uma modificação abrupta nos modos de desdobrar didaticamente os currículos pedagógicos e constituir os processos de presença em meio às telas, o processo de adaptação às mudanças técnicas requeridas produziram uma série de descompassos nas redes de educação, cada vez mais permeáveis aos interesses empresariais, e que não elidem um dos efeitos perversos pela realização das atividades escolares por meio do uso de plataformas digitais: a ampliação massiva dos processos de exclusão social no ensino.

Como sabemos, além das dificuldades de acesso à internet e do aumento do desemprego afetando inúmeras famílias nesse contexto, nas próprias escolas houve cortes sistemáticos em quase todos os setores. Portanto, apesar de a tecnologia possibilitar uma certa mediação entre professores e estudantes, ela não se fez acompanhar de uma verdadeira política capaz de abarcar a complexidade inerente ao ensino e aprendizagem. Isso sem mencionar que ficou ao encargo das trabalhadoras e trabalhadores em educação usarem seus recursos próprios para dar conta de um planejamento improvisado, oferecendo apoio, não apenas pedagógico, às comunidades escolares. Com isso, a *plataformização* das relações pedagógicas tornou ainda mais aguda a *destemporalização* das práticas educativas e a sensação crescente de *dessincronização* vivida pelos sujeitos que aí atuam.

É com esse horizonte em vista que apresentamos às nossas leitoras e leitores mais um número da Revista de Administração Educacional que se anuncia com o artigo da professora **Maria Aparecida Vieira de Melo**, do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que trata da *gestão do conhecimento pedagógico por meio da inovação tecnológica em sala de aula*. Sem negar as razões objetivas, desencadeadas pela pandemia de Covid19, que obrigaram as práticas pedagógicas a se transformarem tecnologicamente, por meio de uma análise arqueológica, o texto problematiza o discurso sobre a inovação tecnológica da sala de aula, escavando a contrapelo as políticas educacionais atreladas às tecnologias digitais e seus desdobramentos para os processos de ensino-aprendizagem. Na sequência, **Ivan Luiz Novaes, Lídia Boaventura Pimenta e Rodrigo Luiz Lasse Ferreira**, pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia, tematizam o *processo de revalidação de diplomas em medicina na Universidade do Estado da Bahia*,

analisando a autonomia e a função social da instituição universitária, bem como os dilemas na condução de seus processos de gestão no contexto de enfrentamento da pandemia de Covid-19, em função do trabalho remoto.

O terceiro artigo intitulado *A proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020 e potenciais impactos na educação pública brasileira*, dos professores **Jair José Maldaner, Marcelo Rythowem e Paulo Henrique Rocha Aride**, juntamente com o mestrando **Efraim Menezes de Lima Costa**, pertencentes Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, aborda a proposta de Reforma administrativa apresentada pelo Governo Federal do Brasil em 2020 com o objetivo de reduzir os gastos, modernizar o estado e melhorar os serviços públicos. Os autores refletem criticamente os prováveis impactos desta proposta na Educação pública, tanto na perspectiva dos trabalhadores da Educação quanto do ponto de vista da gestão democrática, mobilizando nesse percurso criteriosas fontes bibliográficas e documentais.

Também focalizando os conflitos de agência presentes no setor público brasileiro, **Daniel Garrett Feitosa e Maurício Assuero Lima de Freitas**, pesquisadores associados ao Mestrado e ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal de Pernambuco, focalizam a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que, dentre outros elementos, estabelece as regras para a elaboração e controle do orçamento público. Através de uma sofisticada análise da categoria *Restos a Pagar*, os autores mostram evidências estatísticas da relação do chamado *Restos a pagar não processados* com o desempenho das Universidades Federais no *Rankings* de referência RUF – Ranking Universitário Folha, contribuindo de maneira inovadora para uma reflexão acerca da gestão universitária pública.

O quinto artigo, *O Regime de Colaboração na Constituição e nas Legislações entre 1988 e 2020*, do professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, **Renato Alexandre Oliveira Candido**, compara o *Regime de Colaboração* tal como disposto no Artigo 211 Constituição Federal de 1988 e nas legislações subsequentes promulgadas entre os anos de 1988 e 2020, descrevendo e analisando as modificações de sua interpretação em função dos pactos que têm sido mobilizados entre os vários entes federados para garantir a melhoria da Educação. O sexto artigo proposto por um coletivo de professoras e gestoras vinculadas às Prefeituras do Recife e de São Lourenço da Mata, **Welitânia Renata da Silva Mélo, Tarciane Tomé Feliciano do Nascimento e Tarciana Tomé Feliciano Silva** abordam uma relação cara ao campo da Educação pública: o projeto político pedagógico (PPP) e a gestão democrática. Por meio de um estudo de caso, as autoras refletem a partir da análise do PPP como a escola vislumbra ser um espaço de diálogo e participação popular, na ótica da gestão democrática, em vista das ações efetivadas.

Os dois últimos artigos abordam, respectivamente, o *Plano Municipal de Educação de Curitiba na perspectiva da Educação Inclusiva* e o *papel da escola nas unidades de internação de jovens*. No primeiro caso, **Raphael Demóstenes Cardozo e Gabriela Schneider**, pesquisadores ligados ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, tomam os indicadores construídos com os dados do Censo escolar, no que tange à meta relativa ao público-alvo da Educação especial para analisar

quantitativamente o processo de universalização do acesso desse público, sugerindo uma diminuição do atendimento educacional especializado em instituições conveniadas, uma vez que isso sinaliza uma postura diferente do que se observa no país.

Por fim, **Washington Luís de Andrade Cardoso Junior e Maria Couto Cunha**, pesquisadores vinculados à linha de Pesquisa em Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, por meio de uma aproximação rigorosa entre os referenciais teóricos de Gramsci (1968) e Althusser (1985) com a anátomo política de Foucault (1999), com a finalidade de problematizar as percepções do papel da escolarização para os sujeitos inseridos em duas Comunidades de Atendimento Socioeducativo de Internação. Do ponto de vista metodológico, foram contempladas as vozes de quatro segmentos engajados diretamente na educação formal dos adolescentes internados: os diretores, as professoras, os alunos e os socioeducadores. Os resultados evidenciaram como a institucionalização dos mecanismos do poder disciplinar sobre os corpos, nas Unidades de Internação, acabam por limitar experiências de democracia e participação dos sujeitos, fazendo com que a escolarização caminhe na contramão dos pressupostos anunciados na legislação que protege os direitos das crianças e adolescentes.

Ao editarmos esse novo número da Revista de Administração Educacional ficou evidente que os próximos meses serão cruciais para o destino próximo desse âmbito extremamente sensível para os processos de democratização social. Tudo indica que já estamos vivenciando uma batalha silenciosa na qual está em jogo o controle dos regimes de temporalização que abrem ou fecham os horizontes de sentido a partir dos quais lidamos com as experiências que visam a formação inclusiva dos sujeitos. O *ronco surdo* dessa batalha, para retomar uma expressão famosa do pensador francês Michel Foucault, traz à tona a tarefa coletiva de enfrentamento ao espectro de interesses corporativos que passam a confluir nas correlações entre instituições discursivas e práticas sociais, modificando as relações no campo educacional. Esperamos que a leitura dos textos aqui brevemente apresentados contribua para oferecer um diagrama crítico-analítico dos fenômenos educativos que se abrem no presente, expondo outras possibilidades de pensarmos também as resistências aos novos e velhos poderes instituídos pela escuta das vozes que emergem do murmúrio das lutas histórias que nos constituem.

## Referências

- BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.
- MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- MBEMBE, A. (2020) **O direito universal à respiração**. Disponível em: <https://n-ledicoes.org/020> Acesso em: 18/04/2020.
- PRECIADO, P. (2020) **Aprendiendo del vírus**. Disponível em:

[https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952\\_026489.html](https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html) Acesso em: 28 de março de 2020.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.